

FREGUESIA DE CASTAINÇO**Edital n.º 1106/2013****Brasão, bandeira e selo**

Daniel de Jesus Borges, presidente da Junta de Freguesia de Castainço, do município de Penedono:

Torna pública a ordenação heráldica do brasão, bandeira e selo da freguesia de Castainço, do município de Penedono, tendo em conta o parecer emitido em 29 de agosto de 2013, pela Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, e que foi estabelecido, nos termos da alínea q) do n.º 2 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, sob proposta desta Junta de Freguesia, em sessão da Assembleia de Freguesia de 25 de setembro de 2013.

Brasão: de ouro, dois milheiros de vermelho, o da sinistra voltado; em chefe, flor de linho de azul; em campanha, roda de azenha de negro movente de ponta onçada de três tiras onçadas de azul e prata. Coroa mural de prata de três torres. Listel branco, com a legenda a negro, em maiúsculas: «Castainço».

Bandeira: de azul, com cordão e borlas de amarelo e azul.

Selo: nos termos do artigo 18.º da Lei n.º 53/91, com a legenda: «Freguesia de Castainço».

2 de dezembro de 2013. — O Presidente, *Daniel de Jesus Borges*.
307439295

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VENDA DO PINHEIRO E SANTO ESTÊVÃO DAS GALÉS**Aviso n.º 15773/2013****Projeto de Regulamento dos Cemitérios****Nota Justificativa**

A entidade responsável pela administração dos Cemitérios, pertença da União das Freguesias de Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés, é a União das Freguesias de Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés, conforme descreve a alínea m) artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 411/98 de 30 de dezembro, de ora em diante abreviadamente designada de Freguesia.

Esta matéria deve ser objeto de Regulamento, cuja aprovação compete à Assembleia de Freguesia, com base na alínea f) do n.º 1 do artigo 16.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

O Direito Mortuário encontra-se regulado de forma reduzida e algo dispersa. Assim, o Decreto-Lei n.º 411/98 de 30 de dezembro, alterado pelos DL's 2000 de 29 de janeiro e 138/2000 de 13 de julho, consignou importantes alterações ao direito mortuário vigente.

Regia, até então, o Decreto 48770 de 18 de dezembro de 1968, que ainda se encontra em vigor, em tudo o que não contrarie o diploma citado no parágrafo anterior.

A respeito da construção e política de Cemitérios regem as normas, ainda vigentes, do Decreto 44220 de 3 de março de 1962, que, sobre a matéria, podemos consultar.

Outros preceitos dispersos são aplicáveis, contidos em diplomas que não regulam especialmente a matéria, mas que lhe fazem referência.

Questão que se presta a alguns equívocos, designadamente entre os particulares, é a dos terrenos para sepulturas e jazigos. Sujeitos ao regime de concessão, por força da alínea gg) do n.º 1 do artigo n.º 16 da lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e não ao direito de propriedade pelos particulares, os terrenos do Cemitério continuam no domínio da Freguesia que os concede para as respetivas finalidades.

Desta forma, não é possível que esses terrenos sejam objeto de contrato de compra e venda; não lhes é atribuído artigo matricial, não se inscrevem nas Finanças nem se registam nas Conservatórias do Registo Predial.

Considerando a normal atividade e finalidade do Cemitério, à luz do respetivo enquadramento jurídico, é elaborado o presente Regulamento.

CAPÍTULO I**Organização e Funcionamento dos Serviços****Artigo 1.º****Âmbito**

1 — Os Cemitérios da Freguesia destinam-se à inumação de cadáveres de pessoas falecidas na área geográfica desta Freguesia.

2 — Podem ainda ser aqui inumados:

- a) Os cadáveres de pessoas falecidas fora da área da Freguesia cuja colocação seja efetuada em jazigos ou sepulturas perpétuas;
- b) Os cadáveres de pessoas não abrangidos nas alíneas anteriores, mediante autorização do Presidente da Freguesia, concedida em face de circunstâncias que se reputem ponderosas.

Artigo 2.º**Horário de Funcionamento**

1 — Horário de Verão:

- a) De 2.ª a 6.ª feira das 8.00 horas às 17.00 horas
- b) Sábados e domingos das 8.00 horas às 20.00 horas

2 — Horário de Inverno:

Todos os dias das 8.00 horas às 17.00 horas.

Artigo 3.º**Receção e Inumação de Cadáveres**

1 — Considera-se inumação a colocação de cadáver em sepultura ou jazigo.

2 — A receção e inumação de cadáveres estão a cargo do coveiro de serviço.

3 — Compete ainda ao coveiro:

- a) Cumprir e fazer cumprir as disposições do presente Regulamento e leis gerais, bem como as deliberações da Freguesia e ordens do Presidente.

Artigo 4.º**Procedimento**

1 — A pessoa ou entidade encarregada do funeral deve exibir o assento ou boletim de óbito, que será arquivado na Secretaria da sede da Freguesia.

2 — A inumação deve ser requerida à Freguesia em modelo próprio que consta do artigo 24.º, do Decreto-Lei n.º 109/2010 de 14 de outubro e do Anexo I deste Regulamento, dele fazendo parte integrante.

3 — São devidas taxas pelas inumações e outras prestações de serviços relativos aos Cemitérios, bem como pela concessão de terrenos para jazigos e sepulturas, as quais constarão de Tabela aprovada.

Artigo 5.º**Serviços de Registo e Expediente**

1 — Os serviços de registo e expediente geral funcionam na Secretaria da Freguesia, que dispõe de registo informático de inumações, exumações, trasladações e quaisquer outros atos considerados necessários ao bom funcionamento dos serviços.

2 — Quando a Secretaria da Freguesia se encontre encerrada, designadamente aos sábados, domingos e feriados, compete ao coveiro receber o documento, requerimento e cobrar a taxa referida no artigo anterior.

3 — No dia útil imediato, o coveiro fará a entrega, na Secretaria da Freguesia, dos documentos e verbas, emitindo-se o recibo definitivo a favor da entidade pagadora.

4 — Proceder-se-á ao registo dos atos no respetivo programa informático.

CAPÍTULO II**Das Inumações****Artigo 6.º****Inumação no Cemitério**

1 — A inumação não pode ter lugar fora do Cemitério público, devendo ser efetuada em sepultura, jazigo ou gavetão.

2 — Podem, exceionalmente, ser permitidas inumações fora do local designado no número anterior, nos termos legalmente consagrados.

Artigo 7.º**Locais de Inumação**

1 — As inumações serão efetuadas em sepulturas, jazigos ou gavetões.

2 — Os jazigos podem ser de três espécies:

- a) Subterrâneos — aproveitando apenas o subsolo;
- b) De capela — constituídos somente por edificações acima do solo;
- c) Mistos — Dos dois tipos anteriores, conjuntamente.